



Líderes do Governo e parlamentares negociaram ontem e voltam a se reunir hoje

Propostas do PSDB são aceitas

D9 Ampliação do seguro-desemprego enquanto durar a recessão provocada pelo pacote econômico, participação limitada do capital estrangeiro na aquisição de estatais, democratização do estatuto dos servidores e uma relação de empresas que só poderão ser privatizadas com a prévia autorização do Congresso Nacional. Estas foram algumas das alterações ao pacote econômico e administrativo reivindicadas pelo PSDB e aceitas, ontem, pelos negociadores do Governo — os líderes José Ignácio e Renan Calheiros e os técnicos Eduardo Modiano, José Francisco Gonçalves e Pedro Bara. O Governo comprometeu-se, também a divulgar nos próximos dias a relação dos órgãos que assumirão as atividades das empresas extintas: A Embrapa, por exemplo, ficará com as funções da Embrater e o Banco

do Brasil com as do BNCC.

Os representantes do PSDB nas negociações — o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Euclides Scalco e José Serra — insistiram sem sucesso, em mudanças em relação ao congelamento das aplicações financeiras. Os negociadores do Governo esclareceram que estão preocupados no momento, com a normalização do pagamento das folhas de salários e com a liberalização de recursos para a agricultura e a construção civil. E manifestaram o receio com o comportamento a ser adotado na próxima semana pelos assalariados quando receberem seus pagamentos, pois se partirem para gastá-los imediatamente poderão forçar a elevação dos preços ou o desabastecimento.

O capital estrangeiro, de acordo com propostas do PSDB, só po-

derá adquirir 30 por cento do capital votante das estatais. A proposta foi bem recebida pelos representantes do Governo, que aceitaram também a lista de empresas que só poderão ser privatizadas com expressa autorização do Congresso Nacional. Dentre elas, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Vale do Rio Doce.

Pequenas alterações no pacote para torná-lo mais claro foram solicitadas pelo PSDB e aceitas pelo Governo. Exemplos: As aplicações financeiras congeladas terão correção monetária nos 18 meses em que ficarem retidas e os salários, em hipótese alguma, podem ser reajustados abaixo da inflação prefixada. O Governo já tinha assumido em relação a esses dois pontos compromissos expressos, “mas nas medidas eles não estavam explícitos”, observou José Serra.